Educação em territórios de alta vulnerabilidade social: as escolas em face das demandas de estudantes

Maria Fernanda C. Frazão*, Mauricio Ernica

Resumo

Escolas públicas situadas em territórios de alta vulnerabilidade social são confrontadas com demandas decorrentes da situação de vulnerabilidade em que as famílias e os estudantes se encontram. O objetivo dessa pesquisa foi analisar como essas questões afetam as escolas e como elas se organizam para atender essas demandas sociais. A metodologia utilizada foi a observação da rotina de uma escola municipal periférica, a leitura do livro de ocorrências e entrevista com a vice-diretora. A vulnerabilidade social mostrou causar dois impactos fundamentais: a imposição às crianças e famílias de urgências criadas por necessidades básicas não atendidas e a imposição precoce de responsabilidades da vida adulta. Na escola, não há estrutura nem profissionais específicos para lidar com conflitos associados a questões sociais, mas ela é forçada a deixar de atuar sobre a gestão do trabalho pedagógico para atuar sobre questões sociais sem ter recursos adequados e sem conseguir atendê-las satisfatoriamente.

Palavras-chave:

vulnerabilidade social, desigualdades educacionais, território vulnerável

Introdução

Escolas públicas situadas em territórios de alta vulnerabilidade social são confrontadas cotidianamente com questões decorrentes do território. O objetivo dessa pesquisa foi analisar quais são essas questões, como essas questões afetam as escolas e como as escolas se organizam para atendê-las.

Resultados e Discussão

Mesmo localizada em território de alta vulnerabilidade social, o cotidiano da escola é marcado por relações distensionadas, a equipe gestora e o corpo discente são qualificados e preocupados em organizar ações orientadas para a aprendizagem dos alunos. A escola possui boa reputação na região, sendo bastante demandada pelas famílias. Entretanto, rotineiramente eclodem nela episódios associados à vulnerabilidade social do território, marcados, por exemplo, por: pobreza material, saúde, violência no território, violência contra a mulher (de gênero e sexual), uso de drogas, tráfico de drogas e prostituição. Esses episódios têm dois impactos fundamentais. O primeiro é a imposição às crianças e às famílias de urgências criadas por necessidades básicas não atendidas (abrigo, alimentação, saúde, proteção contra a violência). O segundo é a imposição precoce de responsabilidades da vida adulta (afazeres domésticos, cuidados com menores, provimento da família). No caso das meninas, a vida adulta chega com o início precoce da vida sexual, que as faz participarem, em posição dominada, de relacionamentos que regulam a sua sexualidade, além de as exporem à violência sexual e, por vezes, ao assédio para se prostituírem. Na escola, não há estrutura nem profissionais específicos para lidar com esses conflitos associados a questões sociais. Quando eles eclodem, se a primeira intervenção feita pelos professores não é suficiente, os casos são levados para a equipe gestora da escola. No turno da manhã, as ocorrências chegam direto até a vice-diretora, sem o intermédio da coordenação pedagógica, pois esse cargo está vago. A rotina de encaminhamento é: atuar sobre a emergência, buscando estabilizar a situação; fazer um registro das ocorrências, para salvaguarda da escola;

encaminhar os casos para os serviços públicos e ONGs do bairro. Se a escola tem poucos meios para atuar sobre essas questões, no território a oferta de serviços providos pelo Estado e pelas ONGs é insuficiente e, ademais, não há coordenação entre esses serviços. Por consequência, por um lado, na escola, a equipe técnica é forçada cotidianamente a deixar de atuar sobre a gestão do trabalho pedagógico para atuar sobre questões sociais sem ter recursos adequados. Por outro lado, nas famílias e nas crianças, os problemas não são satisfatoriamente atendidos pela estrutura existente no território.

Conclusões

A educação escolar requer que as famílias tenham recursos para se orientar cotidianamente para ações cujos resultados ocorrem no médio e longo prazo. Dentre as condições para isso, está uma dupla liberação: primeiro, a liberação das crianças das urgências criadas pelas necessidades básicas; segundo, a liberação das responsabilidades do mundo adulto. Uma vez que em territórios de alta vulnerabilidade social essas duas condições não são atendidas por políticas específicas, por mais que existam esforço da equipe gestora para atuar sobre os problemas sociais e para organizar o trabalho pedagógico, a eficácia desse trabalho é baixa.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Mauricio Ernica pela orientação, ao PIBIC/CNPq pelo financiamento da pesquisa e à equipe gestora da escola.

ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. 1ª ed. São Paulo: Página Aberta: Scritta, 1994.

ALMEIDA, M. V. **Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal**. In: Anuário Antropológico 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.